Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

série
Ciências Humanas
v. 1, n. 3
set-dez. 2005

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Série Ciências Humanas

GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República
Luis Inácio Lula da Silva
Ministro da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretora
Ima Célia Guimarães Vieira
Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação
Nilson Gabas Júnior
Coordenador de Comunicação e Extensão
Nelson Sanjad

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO / EDITORIAL BOARD

Presidente
Nilson Gabas Júnior
Editores Associados
Lourdes Gonçalves Furtado (Antropologia)
Maura Imázio da Silveira (Arqueologia)
Ana Vilacy Galucio (Lingüística)

Editora Assistente
Angela Botelho
Designer
Andréa Pinheiro
Estagiárias
Karla Barros
Sidia Reis
Bolsista
Kleber Romano

Projeto Gráfico e Capa
Andréa Pinheiro
Editoração Eletrônica
Andréa Pinheiro
Revisão
Karla Barros
Normalização/Ficha Catalográfica
CID-Coordenação de Informação e Documentação
Sidia Reis
Colaboração
Angela Pizzani
Impressão
Gráfica Destaque-se

CONSELHO CIENTÍFICO / SCIENTIFIC BOARD

ANTROPOLOGIA / ANTHROPOLOGY

Adélia Engrácia de Oliveira - Museu Paraense Emílio Goeldi
Lux Boelitz Vidal - Universidade de São Paulo
Roberto Cardoso de Oliveira - Universidade de Campinas
Roberto da Matta - Museu Nacional

ARQUEOLOGIA / ARCHAEOLOGY

Anna Roosevelt - University of Illinois-Chicago/ Field Museum of Natural History
Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia (USP)
Michael J. Heckenberger - University of Florida (Gainesville)
Tânia Andrade Lima - Museu Nacional/UFRJ
Walter Alves Neves - *Universidade de São Paulo*

LINGÜÍSTICA / LINGUISTICS

Bruna Franchetto - Museu Nacional/UFRJ
Eduardo Rivail Ribeiro - Universidade Federal de Goiás
Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas
Mily Crevels - Leiden University
Nora C. England - University of Texas (Austin)

Filiação/Affiliation: ABEC, ABEU e CSL (Câmara Setorial do Livro-PA)

Ministério da Ciência e Tecnologia
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. sér. Ciências Humanas	Belém	v. 1	n. 3	p. 11-165	set-dez. 2005

Av. Magalhães Barata, 376 (São Braz)
Caixa Postal 399. CEP 66.040-170 – Belém – Pará – Brasil
Fones: (55-91) 3219-3317. Fax: (55-91) 3249-0466
http://www.museu-goeldi.br
Submissão de trabalhos: editora@museu-goeldi.br
Aquisição: mgdoc@museu-goeldi.br

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi fundado por Emílio Goeldi e o seu Tomo I surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* was founded by Emílio Goeldi, and the first volume was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

DENOMINAÇÕES DO PERIÓDICO

Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98.-Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902.-Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia de 1906-1914.-Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia em 1933.-Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 1949-2002 em quatro séries: Antropologia, Botânica, Ciências da Terra e Zoologia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi em duas séries (Ciências Naturais e Ciências Humanas) a partir de 2005. Este título incorporou a série Antropologia encerrada no v. 18, n. 2, ano 2002.

INDEXADORES

Biblioteca Nacional; Escola Nacional de Saúde Pública; CAB International; C. Tissot Institut Français; IAPT-International Association for Planta Taxonomy; The Zoological Record. Society of Zoology; Elsevier Science Publishers Ltd./GEO Abstracts; Bioscience Enviromental Service; Dawson France; Enviromental Abstracts; Europa Publications United; Institut de Information Cientifique Technique; Library of Congress Office, Brazil; R. R. Brower the Information Company; IRD-Institut de Recherche pour le Développment (ex ORSTOM); Universidad Nacional Autonoma de Mexico/Centro de Información Científica y Humanista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP / Coordenação de Informação e Documentação / MPEG

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas, 2005. – Belém: MPEG, 2005. – v. 1, n. 3, 165 p., il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

ISSN 1807-5398

1. Ciências Humanas 2. Antropologia. 3. Arqueologia 4. Lingüística

CDD 300

© Direitos de Cópia/Copyright 2005 por/by MCT/Museu Goeldi

Transformações Sociais no Meio Rural: estudos de caso no Norte e Nordeste Brasileiros

Em 1996, este Boletim publicou dois volumes[1] dedicados à análise de *processos sociais agrários no norte e nordeste brasileiros*. Com trabalhos originalmente apresentados durante a IV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE), realizada em 1995, em João Pessoa, Paraíba, compunha-se uma espécie de mosaico de diversas situações sociais vividas por grupos camponeses situados nestas regiões, das quais emergem duas temáticas recorrentes: a redefinição do uso e apropriação do território, em um cenário de conflitos e de expropriação; e a emergência e constituição de novas identidades.

Na introdução, pontuava-se que a produção de identidades e a sua emergência suportavam vários processos de organização política que, em última instância, visavam a assegurar a reprodução da própria condição social camponesa. Entendendo o conceito de camponês em um sentido lato - pescadores artesanais, grupos de agricultores que se apropriaram secularmente do território ou grupos na fronteira agrícola, cuja ocupação da terra era mais recente –, esboçavam-se, naquele contexto, as condições sociais e políticas para algumas das transformações que se verificariam na década seguinte.

Dez anos depois, o presente Boletim pode ser visto como em um jogo de espelho, embora não linear, não factual e sem nenhuma teleologia. Considerando os processos sociais na generalidade que eles comportem, é possível depreender dos vários estudos de caso aqui analisados, alguns dos efeitos destas transformações, especialmente no que diz respeito à apropriação do território; à relação com o Estado e com as políticas públicas concernentes direta ou indiretamente aos grupos camponeses; e à emergência de novas relações sociais.

Destaca-se, agora, uma temática – reforma agrária; um lugar – o assentamento; um contexto – os desafios na construção de novas relações sociais; e, porque não dizer, uma questão política: a afirmação da luta camponesa.

Os textos aqui reunidos, apesar de seu número reduzido, oferecem uma pequena mostra da diversidade dos grupos sociais que vivem e produzem em condições de autonomia, ou seja, fora da tutela de patrões, em contato direto e pessoal com a terra e as águas. Trata-se de grupos camponeses de extrativistas, pescadores, lavradores e grupos indígenas localizados nas regiões consideradas subdesenvolvidas do Brasil (Norte e Nordeste), especificamente o extremo norte do litoral paraibano; a várzea do rio Solimões no Amazonas; uma área indígena do Sul do Maranhão; as águas estuarinas e interioranas do Pará; a área de colonização oficial da Transamazônica; os assentamentos da reforma agrária do Sudeste e do Nordeste do Pará.

Esta diversidade de grupos e de situações encontra uma certa unidade na abordagem sociológica ou antropológica, que enfatizam os processos sociais e as relações sociais que os sustentam ou deles resultam, sejam estas relações sociais internas aos grupos ou em confronto com outros grupos; sejam relações dos grupos e de seus membros com as bases naturais de sua produção e reprodução, isto é, a terra e as águas com sua biodiversidade; sejam, mais radicalmente, relações ao mesmo tempo dos grupos entre si e com os recursos naturais dos quais vivem.

---

[1] Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi/Antropologia: v. 12, n. 1 e v. 12, n. 2, 1996, copyright 1998 (Org. Sônia Barbosa Magalhães).

Estas populações tinham, há duas ou três décadas, uma certa estabilidade em seu modo de vida e produção, baseada num equilíbrio historicamente construído entre recursos naturais socialmente disponíveis, a disponibilidade familiar ou grupal de trabalho e suas necessidades culturalmente estabelecidas no seu contexto social e político desigual. Transformações sociais e políticas ocorridas nessas últimas décadas perturbaram profundamente este quadro de estabilidade em seu prejuízo, notadamente como resultado do golpe militar de 1964, com sua repressão aos movimentos camponeses no Nordeste e a sua política de ocupação das terras devolutas da Amazônia. Os diversos textos mencionam unanimemente repercussões negativas destas transformações no que diz respeito ao acesso tradicional desses grupos aos recursos que constituíam a base natural de sua produção econômica e de sua reprodução social: penetração violenta da pesca industrial predatória nas águas litorâneas e estuarinas; migração forçada para a fronteira amazônica; barragens com seus deslocamentos compulsórios; poluição de rios e lagos decorrentes das monoculturas industriais, como a da soja e a da cana-de-açúcar; implantação de viveiros de camarões nos mangues; e o turismo empresarial acompanhado da especulação fundiária urbana. Estas novidades modificaram inevitavelmente as formas de produção e de reprodução desses diversos grupos, minaram os recursos naturais tradicionalmente disponíveis, ao mesmo tempo em que surgiram novos estilos de vida criando necessidades novas; e territorialidades historicamente construídas foram perturbadas, forçando a construção de novos territórios.

Construindo novas análises, desconstruindo determinadas interpretações ou reafirmando a especificidade de situações sociais diferenciadas, os textos aqui apresentados, pois, relevam, de ângulos diversos, algumas questões sociológicas importantes para avançar no conhecimento do campesinato na Amazônia, além de realizar uma incursão às relações interétnicas na delimitação do uso do território e às novas relações que se impõem a grupos camponeses do Nordeste, com as políticas de incentivo ao turismo em territórios de ocupação tradicional de pescadores.

Poder-se-ia fazer um recorte das várias contribuições e integrá-las em quatro grandes debates, que versariam sobre: os assentamentos rurais de reforma agrária; as transformações sociais na pesca artesanal; a especificidade do campesinato amazônico; e a construção, re-construção, apropriação e uso do território.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA

Há uma diversificada literatura que chama atenção para o fato da expressão *assentamento da reforma agrária* abrigar uma diversidade de situações diferenciadas que contempla reservas extrativistas exploradas secularmente por diversos grupos extratores – notadamente, seringueiros - que lutaram para permanecer na terra; regularizações fundiárias de terras ocupadas há décadas por agricultores – notadamente na fronteira da Amazônia Oriental; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra – organizados por Sindicatos ou pelo Movimento dos Sem Terra; empresas rurais falidas e desapropriadas; e outras diversas situações de terras em conflito.

Os textos aqui apresentados contemplam tanto a situação de regularização fundiária quanto a situação de desapropriação de terras de empresa rural falida e transferidas aos antigos trabalhadores. Enfrentam estas situações, privilegiando três eixos: um, buscando decifrar o novo sentido atribuído à apropriação do território pelos atores e como a política de reforma agrária é re-traduzida, mais de uma década depois da ocupação – momento em que, vencida a fase do conflito, observa-se simultaneamente uma mobilidade espacial e

uma permanência da condição social dos assentados, verificando-se transformações significativas no interior da sua organização social e política. Outro, analisando a consolidação do assentamento, vista aqui como resultado da conjugação de interesses tanto da unidade familiar quanto das organizações coletivas e das relações sociais e políticas que são mantidas fora do assentamento. Observa-se que a concepção homogeneizadora do assentamento como política pública e a subsunção da história e da temporalidade de cada situação em particular são enfrentadas pelos atores através de *atualização* da própria política, com usos estratégicos e diferenciados dos *benefícios*.

Por fim, não só no âmbito desta consolidação, mas também no âmbito da afirmação de diversas formas de luta para a afirmação do campesinato na região, são tratadas as relações entre os grupos camponeses e outros atores/organizações, especialmente a assessoria de organizações não-governamentais e a complexa relação entre as demandas dos grupos camponeses e as motivações da pesquisa social aplicada. Com a análise de disputas e conflitos entre diversos atores e interesses (pesquisadores, agências de financiamento etc) contribui-se para desnaturalizar a relação produção do conhecimento/demandas sociais.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA PESCA ARTESANAL

É possível observar que na situação da pesca artesanal são preponderantes os conflitos pelo acesso às águas de pesca, na qual a *territorialização* dos espaços de pesca e sua distribuição autoritária, bem como os novos usos atribuídos às praias e terras de seu entorno, acabam por conformar cenários de expropriação, caracterizados pela migração, pela transformação de pescadores em assalariados ou prestadores de serviços, em uma dinâmica social e econômica que ainda lhes é estranha.

Nos novos contextos que emergem, revela-se, também, a afirmação da identidade de pescador em uma situação de secundarização da pesca como atividade econômica e os diversos conflitos que incidem sobre a organização interna destes grupos.

A ESPECIFICIDADE DO CAMPESINATO AMAZÔNICO

Todos os textos confluem para apontar uma especificidade histórica do campesinato amazônico que comportaria duas situações singulares: o campesinato de floresta e de várzea.

Estas duas situações têm facultado aos autores falar tanto da plasticidade, como da diversidade e da polivalência do campesinato amazônico, e nos permitiriam falar de uma lógica econômica, cuja produção congrega diversas atividades que se arranjam conforme a disponibilidade *natural* de recursos, a sazonalidade das águas (enchentes e vazantes) e a tradição agrícola de origem.

Importam esta diversidade e especificidade, sobretudo, pelos sentidos diferenciados de tempo e de território que lhes são peculiares e pelas conseqüências que produzem estes sobre as relações sociais e as demandas políticas.

CONSTRUÇÃO, RE-CONSTRUÇÃO, APROPRIAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO

Vários dos textos abordam o significado da territorialização na vida dos grupos sociais estudados, e é possível antecipar, aqui, que não se trata da distribuição indiferenciada e neutra de espaços.

No que diz respeito às *comunidades pesqueiras*, chama-se a atenção para a construção do território a partir de saberes, técnicas, instrumentos e práticas, historicamente construídos e aprimorados, e transmitidos, geracionalmente, através da experiência.

Ênfase é também atribuída à dimensão simbólica da territorialidade, sobretudo a partir da análise da demarcação autoritária de terras indígenas, realizada pelo Estado, que subsume o *demarcador étnico*, portanto, *marco sócio-simbólico*, à mera delimitação espacial.

Numa outra perspectiva assinala-se a relação construída entre determinadas características do território e a noção de tempo, que repercute sobre a própria racionalidade camponesa de produção. Fenômenos naturais, como enchente e vazante, delimitam espaços de produção, mas, principalmente, suportam uma temporalidade específica.

Essas reflexões permitem entender a subversão emocional e prática causada pela desterritorialização nordestina e pela re-territorialização dos migrantes na Transamazônica e no Sudeste do Pará. Permitem, também, desconstruir a ideologia oficial de *fixação à terra*, que sustentou o modelo de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) das décadas de 1970 e 1980, a qual pretendia impor aos assentados formas rígidas de viver a campesinidade, determinando para esses trabalhadores dimensões homogêneas de lotes, modelos uniformizados de produção, estabilidade forçada no assentamento, enfim, o não-reconhecimento dos projetos familiares de vida, das experiências passadas de gestão, das respectivas criatividades. Mas a territorialização, pelo que se pode depreender dos textos, não é só um fenômeno restrito ao espaço da terra e das águas; ele dá-se também no espaço da concorrência profissional que penetra nos espaços da produção material, como é o caso, aqui analisado, da competição entre pesquisadores e dirigentes dos movimentos sociais em projetos de desenvolvimento.

Contribuir para enfrentar, antropológica e sociologicamente, a diversidade de situações e de transformações sociais vividas por grupos camponeses, destas regiões, na última década, é, pois, um dos objetivos deste número. Foi, novamente, durante uma Reunião da ABANNE, desta feita realizada em São Luis, Maranhão, de 1° a 4 de julho de 2003, que estas questões foram debatidas. Agora, transformadas em artigos, esperamos que reflitam o longo trabalho de pesquisa desenvolvido pelos autores e sejam, também, um agradecimento aos grupos que tornaram possível os nossos trabalhos.

Sônia Barbosa Magalhães
Jean Hébette

ANTROPOLOGIA

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. sér. Ciências Humanas. Belém. v. 1. n. 3. p. 11-21. set-dez. 2005

A relação entre agentes de desenvolvimento e camponeses: possibilidades e impasses no diálogo

The relation between the development agents and peasants: possibilities and impasses of the dialogue

Mário José Henchen[1]

Resumo: O artigo analisa um Programa de parceria colocado em prática ao longo da rodovia Transamazônica. Reunia, de um lado, os agricultores familiares e suas organizações, presentes e atuantes no Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), e, de outro, agentes de desenvolvimento, técnicos e pesquisadores reunidos no Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica (LAET). O Programa de parceria deveria constituir-se em um espaço privilegiado, onde os agricultores e pesquisadores negociariam conjuntamente as atividades de pesquisa que seriam colocadas em prática a partir das demandas apresentadas por cada um dos atores sociais presentes na relação. Durante a *trajetória do Programa de pesquisa, várias dificuldades* foram enfrentadas pelos parceiros, que acabariam por comprometer suas relações. A mudança de perfil dos atores parceiros, a influência de parceiros externos, a relação entre a ética da convicção e ética da responsabilidade, a falta de mediadores no diálogo são, efetivamente, elementos-chave para o entendimento das possibilidades e dos limites contidos nas relações dos parceiros, quando da tentativa de estabelecer relações dialógicas na discussão conjunta de demandas por pesquisa.

Palavras-chave: Diálogo. Delegação. Mediadores. Demandas técnicas e políticas. Pesquisa-formação-desenvolvimento.

Abstract: The article analyzes a partnership program developed along the Transamazônica road. It congregated, on one hand, the family agriculturists and their organizations, participants of the Movement for the Survival of the Transamazônica (MPST), and, on the other hand, agents of development, technicians, and researchers, congregated in the Agro-Ecological Laboratory of the Transamazônica (LAET). The partnership program would constitute a privileged space, where the researchers and agriculturalists would jointly negotiate the research activities to be carried out, taking in account the demands presented by every one of the social actors. During the research program trajectory, several difficulties were faced by the partners, which ended up jeopardizing their relationship. Both the changes of social actors profile, the influence of external partners, the relation between ethics conviction and ethics responsibility, the lack of mediators in dialogue were, effectively, key elements for the understanding of the limits and possibilities of partnership, in the attempt to establish dialogic relations in the negotiation of research demands.

Key words: Dialogue. Delegation. Negotiators. Technical and political demands. Research-formation-development.

[1] UFPA - Universidade Federal do Pará. Cientista social. Especialista em Produção Familiar Rural e Ciências Sociais. Mestre em Sociologia. Professor de Sociologia. Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará (henchen@amazon.com.br).

A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA.

A busca de diálogo entre os parceiros do Programa Agro-Ecológico da Transamazônica (PAET) sugere uma reflexão retrospectiva sobre a construção deste programa e a apresentação desses parceiros, do seu perfil e sua ambição, assim como uma primeira intuição de suas condições de diálogo. Pois, desde 1988, um certo número de pessoas e instituições, em particular organizações camponesas do Pará e a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o apoio da cooperação internacional, especialmente do Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques (Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos - GRET) e da Université des Antilles et Guyane (UAG), da França, e de seus parceiros mais próximos, colocaram em prática, na região de Marabá, novas formas de trabalho comum, em particular através da pesquisa-desenvolvimento (P&D) e da Pesquisa-Formação-Desenvolvimento (P-F-D) para a pequena agricultura familiar na Amazônia (LAET, 1993).

Uma dessas iniciativas resultou na criação do Programa desenvolvido pelo Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT). Em torno desta iniciativa, a UFPA criou uma equipe de pesquisa, o Laboratório Socioagronômico do Araguaia-Tocantins (LASAT) e, em agosto de 1991, o curso de especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas, acrescido depois da experiência do Desenvolvimento Ambiental (DAZ), desenvolvido no campus da UFPA, em Belém.

Estes projetos de P-F-D eram o resultado de uma tentativa feita para retomar um programa anterior entre os governos francês e brasileiro para a agricultura familiar. Convém mencionar que a agricultura familiar francesa sempre foi considerada uma referência para os pesquisadores e planejadores brasileiros. Esta posição havia justificado, em outubro de 1986, a criação de um convênio complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica de janeiro de 1967, firmado entre Brasil e França, desta vez, voltado especificamente para a pequena agricultura (HÉBETTE, 1996).

Em abril de 1991, dirigentes da UFPA, da Universidade do Acre (UFAC), da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), do Centro de Pesquisa Agronômica do Trópico Úmido (CPATU), do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como de diversas instituições de pesquisa e Organizações Não-Governamentais (ONG's) européias, reuniram-se em Bruxelas para discutir a extensão, em escala amazônica, daquele programa e apresentar à Comunidade Econômica Européia (CEE) um Programa de P-F-D Agro-Ambiental, em prolongamento da experiência desenvolvida no CAT, em Marabá.

Em decorrência dessa reunião, foi escolhida a região de Altamira como primeiro passo da extensão do programa e elaborado um projeto específico de P-F-D para essa região em torno da Transamazônica, com a participação da UFPA e do GRET, com apoio da Comissão da Comunidade Européia (CCE) e do Ministério das Relações Exteriores da França (MAE).

O PERFIL DOS PARCEIROS

Como em Marabá, a base do programa residia, de um lado, na cooperação entre instituições de pesquisa ou de ensino e extensão, coordenadas pela UFPA, e, de outro lado, nas organizações de trabalhadores rurais. Tratava-se de um projeto com perspectivas de longo prazo e, para executá-lo, a UFPA, a partir da experiência do LASAT em Marabá e em colaboração com o GRET, criou o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET). Ligado inicialmente à coordenação do CAT, o LAET passou a se articular, em 1995, com a incipiente estrutura do recém-criado Centro Agropecuário (CA), ao Curso DAZ e, depois, mais diretamente ao Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar (NEAF) da UFPA.

Entretanto, diferentemente do CAT em Marabá, onde o programa agregava organizações sindicais independentes, dispersas pelos vários municípios da região e que, naquele momento, uniram-se como atores sociais[2] coletivos, os pesquisadores da UFPA encontravam em Altamira uma organização de trabalhadores rurais recente, o MPST, mas já bastante forte e articulada em nível regional, aguerrida e, acima de tudo, representativa das demandas sociais e com legitimidade suficiente para se apresentar como possível interlocutor regional.

O MPST emergira, ganhara visibilidade social no cenário da região da Transamazônica a partir de uma série de lutas e de enfrentamentos com outros atores sociais presentes na região ou instituições do estado. Nessa trajetória[3] de lutas, as organizações de trabalhadores rurais ganharam expressão na condição de atores sociais e constituíram o Movimento como canal de interlocução. Constituia-se este, *portanto, como entidade federadora*, isto é, uma organização articulada com as várias iniciativas dispersas no contexto regional.

Desta forma, a emergência do Movimento como ator social é fruto de uma trajetória que o autorizara a falar em nome das organizações regionais a ele ligadas. A legitimidade do MPST foi, portanto, constituída na luta, no enfrentamento, onde este constituiu-se delegado, autorizado a falar e agir como interlocutor representativo das demandas da sociedade civil organizada, para ir ao encontro de potenciais parceiros, encontro este que deveria potencializar as chances de colocar em prática seu Plano Global de Desenvolvimento para a Região da Transamazônica (PGDT), formulado durante o Grande Acampamento de Altamira em janeiro de 1991 (MOVIMENTO..., 1991). Vale ressaltar que o PGDT, como Programa, foi constituído, basicamente, a partir da compreensão das lideranças das organizações e dos movimentos sociais sobre as bases de relações econômicas, políticas, sociais e culturais da região; visava a garantir um espaço onde fosse possível discutir as políticas públicas, que tornasse possível ampliar as condições para o desenvolvimento econômico e social dos pequenos agricultores, dentro de uma lógica de uso racional dos recursos naturais e da recuperação ambiental (MOVIMENTO..., 1991).

Essas questões mais complexas, que tenderiam a ser complicadores nas relações entre os parceiros, guardam uma estreita relação com suas constituições como atores sociais. O MPST apresentava-se como portador de uma autorização social, fruto de uma trajetória, o que lhe valia uma representação[4] social para falar em nome do *povo da transamazônica;* em função de sua trajetória e do reconhecimento social podia se apresentar como interlocutor legítimo, na defesa de um projeto social e político para a região. Havia, portanto, da parte deste, interesse em sinalizar, de forma inequívoca, que o Movimento e seus membros constituíam-se os únicos atores sociais autorizados (a autoridade a qual se refere reveste-se de uma linguagem que vem de fora, bem como o demonstra concretamente o cetro que se oferece ao orador

[2] O ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, na sociedade, mas aquele que, através de suas ações, modifica o meio ambiente material e, sobretudo, social no qual está inserido; modificando a divisão do trabalho, as relações de dominação e mesmo as orientações culturais (TOURAINE, 1994).

[3] A noção de trajetória pode ser considerada uma generalização da noção de posições, a qual ela empresta dimensão temporal. Neste sentido, uma trajetória é uma sucessão de posições ocupadas num espaço construído, espaço social este que é, também, afetado por transformações regulares (PINTO, 2000).

[4] Um dirigente político é alguém que tem o poder de fazer existir aquilo que ele diz; é a característica da palavra de ordem, porque a palavra do dirigente é uma palavra autorizada pelas próprias pessoas às quais ele se dirige e, portanto, uma linguagem de autoridade, que exerce um poder, que pode dar vida ao que ele diz. (BOURDIEU, 1983).

que vai tomar a palavra; há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição; por isso, é possível dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a (BOURDIEU, 1998) para dialogar com os técnicos e pesquisadores do LAET.

Em certo sentido, essa autorização, ou representação social para falar em nome das organizações e mesmo do *povo da Transamazônica*, fazia aumentar a responsabilidade social e política do MPST, responsabilidade essa que, de certa forma, deveria ser partilhada com os técnicos e pesquisadores do LAET, seu parceiro. Ao encontrar um parceiro de P-F-D, o MPST encontra alguém com quem partilhar a responsabilidade social de suas ações, porque constitui com este uma relação que, por conseguinte, afetaria a conduta de ambos, já que a conduta dos parceiros pode trazer obrigações sobre a conduta de terceiros, ou seja, daqueles que estavam sendo representados por estes na parceria (WEBER, 1989).

Por outro lado, também o LAET estava em busca de um parceiro de pesquisa, junto a quem pudesse, efetivamente, usando sua *novidade metodológica* da P-F-D, abrir novos horizontes para a relação entre agricultores e pesquisadores. Diferentemente de seu parceiro MPST, o LAET, de certa forma, recebera uma autorização para falar em nome e, notadamente, para defender uma Grande Escola Francesa portadora da novidade metodológica, autorização que, acima de tudo, visava, também, à constituição das condições de possibilidade para reproduzir a própria Escola.

Por isso, esses especialistas (técnicos e pesquisadores do LAET), na busca da distinção, objetivam assegurar-se de que não serão confundidos com outros atores presentes na região. Precisam, portanto, ao mesmo tempo, estabelecer um confronto com estes, na definição do espaço no campo do conhecimento científico ligado à agricultura familiar, a fim de demarcar sua posição[5] como uma Nova Escola. Isso pressupõe a necessidade de formação de novos quadros de especialistas, cuja finalidade seria garantir a reprodução de seu projeto filosófico-político-metodológico.

Sendo assim, os técnicos e pesquisadores do LAET precisavam mobilizar boa parte de seu capital social, notadamente o conhecimento acadêmico/científico, na constituição destes novos quadros, mesmo quando esse esforço significava um gasto adicional de capital, seja este econômico, político, social, cultural ou de outra espécie e comprometia a realização de atividades de pesquisa junto aos agricultores. Em certo sentido e guardando as devidas proporções que a análise requer, pode-se considerar a constituição do Curso de Especialização - DAZ e o próprio Mestrado em Agricultura Familiar como parte destas tentativas que visavam a garantir a reprodução do projeto filosófico-político-metodológico da P-F-D. Os alunos egressos desses cursos recebiam uma delegação, falando, assim, como porta-vozes autorizados, porque constituídos como um novo grupo de especialistas, portadores

[5] O verdadeiro princípio da magia dos enunciados reside no mistério do ministério, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular recebe o mandato para agir e falar em nome do grupo, assim constituído nele e por ele; tal princípio encontra-se mais precisamente nas condições sociais da *instituição* do ministério que constitui o mandatário legítimo como sendo capaz de agir através das palavras sobre o mundo social pelo fato de instituí-lo enquanto médium entre o grupo e ele mesmo; isso ocorre, entre outras coisas, ao munici-lo com signos e insígnias destinadas a lembrar o fato de que ele não age em seu nome pessoal e de sua própria autoridade [...] ruptura constitutiva da ambição de qualquer corpo de especialistas desejosos de representar o monopólio de um saber ou de uma prática sagrada ao constituir as demais práticas como profanas (BOURDIEU, 1998).

de uma espécie de *ministério social*. Cabe abrir espaço para expor que o poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das visões e divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores, porque o capital simbólico é um crédito, isto é, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento; suficiente para ter condições de impor o reconhecimento: assim, o poder da construção e poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele como porta-voz autorizado, só pode ser adquirido ou obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao fim do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo, ou seja, de representá-lo (BOURDIEU, 1998).

Do lado dos profissionais do LAET, percebe-se o interesse de serem reconhecidos tanto pelos agricultores familiares quanto pelos técnicos e pesquisadores das outras instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural da região, como portadores de uma certa distinção[6], uma novidade metodológica que forçaria estes outros atores a adotarem novas posições ou a redefinirem suas posições anteriores, pois, agora, viam-se diante deste novo ator social e a ele, portanto, não poderiam ficar indiferentes. Em função da entrada deste novo ator (o LAET) no campo[7] da pesquisa, a luta para definir quem estaria mais *qualificado* neste campo, para prestar a assessoria reivindicada pelos agricultores familiares, tenderia a aumentar, significativamente, e a re-definir as posições anteriores (BOURDIEU, 1983).

A pretensão quanto à novidade ou verdade metodológica e a extensão territorial dos programas CAT e PAET refletiam, em certo sentido, um sentimento *imperialista* dentro do Programa PAET, que já se manifestara anteriormente no CAT e que demarcava, claramente, o sentimento de superioridade com o qual, por diversas vezes, tratavam seus pares dentro dos programas ou mesmo de outras instituições locais, com os quais esperavam construir relações em novas bases. Essa posição, por certo, não favorecia a constituição de formas inovadoras de relações entre os pesquisadores e os agricultores.

Neste caso, segundo Bourdieu (1998), o *mandatário legítimo* precisa definir claramente a diferença entre a sua posição de especialista e a posição dos outros, além da necessidade de caracterizar as outras posições como profanas, isto é, menos qualificadas; assegurando, dessa forma, o monopólio do saber de uma prática sagrada.

Ao se referir à questão da autoridade delegada, Weber (1989) enfatiza que, nestas condições, o poder pode ser conferido de acordo com a autoridade predominante e com padrões específicos, permanentemente, ou por tempo limitado – este é o caso da *autoridade delegada;* portanto, fica-se diante de dois tipos de representação social distintas que, em certo sentido, nortearão a conduta dos parceiros nos momentos das negociações, para definir as atividades de pesquisas, da apresentação de suas demandas por pesquisas ou, ainda, para definir os rumos da própria parceria.

---

[6] O lucro da distinção é o lucro que é proporcionado pela diferença, pelo distanciamento, que separa do comum. E este lucro é acrescido por um lucro suplementar, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, o lucro do desinteresse: o lucro que se tem ao se ver, e ao ser visto, como quem não está buscando o lucro, como quem é totalmente desinteressado. (BOURDIEU, 1983).

[7] O campo funciona como censura, como uma certa estrutura de distribuição de uma certa espécie de capital. Este capital pode ser a autoridade, o prestígio, o poder político, a força, dependendo do campo a ser considerado. Se, portanto, o campo funciona como censura, é porque aquele que entra no campo se encontra imediatamente situado numa certa estrutura, a estrutura da distribuição de capital; o grupo lhe concede ou não lhe concede a palavra, concede-lhe crédito ou não, num duplo sentido do termo. (BOURDIEU, 1983).

AS AMBIGÜIDADES DO PROGRAMA E OS LIMITES NO DIÁLOGO ENTRE OS PARCEIROS

A parceria deveria contribuir para criar um espaço de discussão de um projeto de desenvolvimento regional; isto deveria ser alcançando por meio do reforço às instituições regionais, pois a cooperação franco-brasileira tinha como objetivo, desde seu início, fortalecer as instituições brasileiras e colocá-las em plenas condições de assumir a proposta, mas a insistência sobre a novidade e a originalidade da nova abordagem metodológica e multidisciplinar para a pesquisa agropecuária no país, isto é, abordagem em sistemas de produção e em sistemas agrários, era suscetível de criar bloqueios para o estabelecimento de relações com as instituições que estavam situadas para além do arco de alianças da parceria (LAET, 1993).

Da parte dos parceiros, a incontestável satisfação de contar com colaboradores de competência conflitava com o receio da interferência indevida dos não-brasileiros e de uma universidade (UFPA) que não possuía uma área disciplinar de ciências agrárias; por outro lado, era notória a dificuldade de encontrar parceiros com as características exigidas pelo projeto. Neste sentido, várias reuniões foram realizadas entre o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Agricultura (SAGRI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) e UFRA, para tentar uma colaboração institucional em torno do projeto.

Faz-se necessário considerar que este programa de cooperação e parceria foi efetivado em um espaço onde havia, anteriormente, relações construídas entre as lideranças das organizações de trabalhadores e suas bases de sustentação e que, com a chegada de novos técnicos e pesquisadores, esta situação anterior é re-configurada, ou seja, deve ser agora negociada em novas bases sociais. Neste caso, Weber (1989) assegura que o termo *relação social* deve ser usado em situações em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da(s) outra(s) de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nestes termos. Assim, a relação social pressupõe que os atores tenham clareza de suas responsabilidades diante do parceiro, já que, em certa medida, sua conduta resultará, queira ou não, em *orientação* da conduta do outro.

Assim, o convênio de parceria firmado entre ambos definia os termos da relação social entre os parceiros, definindo, ainda, a responsabilidade pela conduta social de ambos; portanto, estando estes na condição de parceiros, em função de uma opção, de uma escolha feita em dadas condições sociais, sua conduta passa a ser significativa para o parceiro com o qual mantém relação. Desta forma, os participantes da relação fazem promessas concernentes à sua conduta futura – um em relação ao outro ou de maneira relacional a ambos. Nestes casos, cada participante, pôs, então, que, normalmente e até onde se comporte relacionalmente, o outro participante oriente a ação *dele* de acordo com o sentido que estabeleceu consigo; o primeiro participante, assim, entende em relação ao segundo e vice-versa. Assim sendo, a própria ação de cada um é parcialmente orientada a fins e ele espera corresponder com lealdade, tanto quanto possível, mas é também parcialmente orientada por valores, ou seja, ela tem o *dever* de corresponder ao acordo no sentido em que o entende (WEBER, 1989).

O convênio definia um método de trabalho comum nas áreas agropecuária e agro-florestal, da comercialização e transformação dos produtos agrícolas, do manejo dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente. Precisava, ainda, delinear os respectivos espaços temáticos e institucionais de atuação, seus graus de compromisso, de autonomia e suas instâncias de decisão.

Da parte do LAET, parecia não estar clara tal situação e, mais que isto, não estava claro em que condições o MPST havia se tornado um parceiro privilegiado. A própria situação do MPST, sua história e sua trajetória possibilitava essa distinção em relação aos *outros*

possíveis parceiros. Por outro lado, os membros da coordenação do MPST e, em certa medida, também as lideranças de Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs), associações, cooperativas pertencentes ao MPST, passaram a ter, em relação aos técnicos e pesquisadores do LAET, um sentimento de posse que reivindicava uma exclusividade, o que, como ficaria evidente mais tarde, dificultava o diálogo do LAET com outros possíveis ou potenciais parceiros.

Considerando-se a existência de uma parceria privilegiada, esta precisava ser melhor definida, pois, era preciso esclarecer quem era o privilegiado. Seria o MPST, por que encontrara os técnicos e pesquisadores do LAET para, junto com estes, solidificar as bases de seu Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT)? Ou seria o LAET, que a partir da parceria com o MPST poderia constituir um espaço social para sua afirmação como instituição de pesquisa, para cooperar na efetivação do projeto filosófico-político e metodológico da P-F-D, e, de resto, quem sabe, influenciar as outras instituições de assistência técnica ou de pesquisa instaladas há mais tempo na região na re-definição de suas relações? Ou ambos? E, portanto, *era a própria parceria que era privilegiada*, e não um ou outro dos parceiros.

Não demorou para que os pesquisadores do LAET passassem a ser tratados pelas lideranças do Movimento como *seus* pesquisadores (MOVIMENTO..., 1995), e isso deu-se em contraposição aos pesquisadores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), EMATER, SAGRI, que estavam presentes há mais tempo na região, e demonstravam pouco interesse em dialogar com os agricultores, possivelmente em função das orientações filosóficas de suas instituições. Esse sentimento de posse e pertencimento, presente na relação MPST e LAET, evidencia que os agricultores e suas lideranças percebiam os técnicos e pesquisadores do LAET como possíveis aliados de seu projeto filosófico-político-ideológico, portanto, para além de parceiros de seu projeto de desenvolvimento regional.

Então, face aos princípios gerais que definiram as bases mais genéricas das relações entre os parceiros, foi discriminada uma série de procedimentos que deveriam ser adotados pelos parceiros. Esses procedimentos estavam estabelecidos com uma minúcia que chama a atenção porque estão dispostos logo no início do percurso da parceria. Isso pode sugerir que, de certa forma, sinalizavam os parceiros para o fato de haver uma desconfiança mútua, percebida como necessidade de corrigir procedimentos conflitantes, possivelmente, já verificados em outros contratos ou mesmo em sua parceria incipiente.

Durante a discussão dos termos da parceria, ficara definido que haveria um momento específico para a confrontação das demandas dos agricultores e dos pesquisadores. Este momento do confronto das demandas, por certo, também seria um momento propício para o enfrentamento das forças e das posições dos parceiros. Por outro lado, ficava indefinida a questão sobre quais critérios seriam utilizados para definir as demandas a serem efetivadas. Seria de se esperar que os técnicos e pesquisadores do LAET colocassem seu peso acadêmico e mobilizassem seu conhecimento e sua capacidade de argumentação para fazer passar as demandas que mais lhes interessassem, inclusive aquelas que teriam a ver com a continuidade de sua formação, já que vários deles estavam em processo de formação, tanto na UFPA, quanto em outras instituições de ensino e pesquisa.

Na avaliação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Groso (FETAGRI), feita em 1999, destacou-se que o documento da 3ª fase do Programa de Aprendizagem e Educação para o Trabalho (PAET) ainda explicitara alguns objetivos comuns para os parceiros do Programa, potencialmente muito favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar na região, mas, no entanto, eram visíveis algumas restrições que impediriam a obtenção desses resultados, destacando, ainda, que o convênio firmado em agosto de 1993 era bem ilustrativo de uma concepção que considerava as organizações de pequenos produtores como objeto da

pesquisa, pouco capazes de teorizar suas práticas, de gerar conhecimento ou de serem ativos como clientes da pesquisa (MOVIMENTO...; FETAGRI, 1999).

Por isso, segundo a FETAGRI, as organizações de agricultores familiares, presentes na parceria, não eram parceiros, e sim simples colaboradores dos pesquisadores da equipe do LAET. Por conseguinte, acreditavam que na relação de parceria entre MPST e LAET, diminuiu-se a possibilidade de barganha do Movimento como *cliente* dos serviços, porque, de certa forma, os agricultores deveriam submeter a sua pauta de demandas por investigações e geração de tecnologias à agenda de pesquisa estabelecida por outros compromissos institucionais do LAET.

A parceria fora constituída em um cenário no qual cada instituição buscava sua afirmação na execução de um projeto comum, portanto, em um contexto de busca de afirmação dos dois atores sociais parceiros. Na avaliação da FETAGRI, o LAET queria se afirmar como instituição de pesquisa e o Movimento passava por um processo de re-adequação de sua forma de representação institucional. Ambos, portanto, buscavam novos espaços, novas formas de relação, estavam, por assim dizer, em processo de transição, processos nos quais a indefinição pode ser até mesmo necessária, se constituindo como estratégia.

AS POSIÇÕES, AS DISPOSIÇÕES E AS IMPOSIÇÕES EM RELAÇÃO AO PARCEIRO ÀS NOVAS IDENTIDADES EM JOGO

Considerando-se o processo de negociação das demandas de pesquisa, isto é, da definição das atividades de intervenções a serem efetivadas na realidade técnica e social do agricultor, é possível considerar que os riscos de fracasso da intervenção aumentam consideravelmente quando se faz a opção por negociá-las com as lideranças dos agricultores ao invés de negociá-las diretamente com estes. Friedrich (1988) defende que essa negociação deve ser feita entre os agentes de desenvolvimento, técnicos e pesquisadores e os agricultores interessados na proposta de intervenção.

Deve-se considerar que, com raras exceções, a liderança, seja ela autoritária ou democrática, formal ou informal, constitui-se como liderança, notadamente, em função de seu poder, isto é, da abrangência de suas relações sociais que lhe asseguram certo destaque sobre o grupo, manifesto ou latente. Em maior ou menor grau, a liderança representa ou incorpora o conjunto estruturado dos valores do sistema ao qual seus representados estão aderindo e como, em geral, o poder da liderança emana de seu acervo de informações ou do conhecimento sobre o funcionamento das engrenagens dos sistemas sociais, qualquer incremento proporcionado neste sentido, serviria, primeiramente, para afirmá-lo ainda mais em tal posição.

Como as lideranças percebem claramente que seu poder resulta do acúmulo de informações e, que, portanto, distribuir informações seria o mesmo que distribuir este poder, fato este que colocaria em risco sua reprodução social como liderança, isto é, como porta-voz autorizado do grupo que representam, estas, em geral, relutam em socializar informações, já que, assim fazendo, poderiam enfraquecer ou mesmo desautorizar sua função de intermediárias entre agricultores e *autoridades* técnicas e políticas, que, portanto, estariam pouco dispostas a arriscar sua condição de líder.

Deve-se considerar também que, na trajetória da parceria, os parceiros mudaram sua identidade e perfil. O MPST adquiriu uma nova identidade, em 1997, com a constituição da FETAGRI regional; passou de um perfil *reivindicativo* para um perfil *propositivo*, assumindo, então, o papel de articulador do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) especial no contexto regional, além de tarefas ligadas ao cadastramento de seus associados visando à aposentadoria, auxílio-maternidade para as trabalhadoras rurais ou outros benefícios. Em decorrência disso, o MPST disponibilizou ao estado parte de sua infra-estrutura e pessoal para a execução de tarefas que antes eram da responsabilidade própria deste mesmo estado.

O LAET relutou em assumir parte dessas novas incumbências, notadamente em relação ao FNO especial, já que as outras não lhes diziam respeito. Os pesquisadores do LAET, caso assumissem essa nova responsabilidade, por certo deixariam de ser os *parceiros* do MPST para as pesquisas e transformariam-se em *fiscais* dos bancos financiadores desses créditos agrícolas. Como o LAET recusou-se a aceitar essa tarefa reservada às instituições financeiras e à assistência técnica oficial, assumiu junto a isso o risco de tornar ainda mais frágil uma relação que, naquele momento, já dava sinais de instabilidade.

Do lado do LAET, a mudança de identidade está associada, efetivamente, com as decisões tomadas no momento da renovação do convênio PAET, notadamente em sua terceira fase (1998), e, sobretudo, em função das exigências da CCE. Houve, neste caso, uma *solicitação* para que fossem redefinidas as linhas de pesquisa em andamento na parceria, porque, segundo avaliação das agências financiadoras do programa, as orientações gerais que diziam respeito aos recursos naturais, não estavam sendo consideradas. Se essa solicitação não fosse atendida, o financiamento da terceira fase do programa ficaria comprometido. Desta forma, o LAET teve em suas mão um poderoso trunfo para levar o MPST a aceitar modificações no programa de pesquisa.

Essas pesquisas sobre os recursos naturais, previstas para as fases anteriores, não deixaram de ser efetivadas em função de uma possível falta de atenção ou mesmo de má-fé por parte dos parceiros. Aconteceu que, até aquele momento, devido à qualificação profissional, ao perfil, ao projeto pessoal dos seus pesquisadores ou ao receio de que o MPST rompesse com a parceria, caso esta assumisse um perfil que não lhe interessasse, o LAET não havia encontrado uma forma de garantir a realização daquelas atividades de pesquisa ligadas ao meio ambiente.

Por fim, a tentativa do LAET de aprofundar o debate sobre esses aspectos do programa e, efetivamente, colocar em prática ações ligadas aos recursos naturais, apareceu muito mais como uma forma de garantir a continuidade da parceria, inclusive com a inclusão de novos *parceiros*, redefinindo os rumos da mesma. Sobre este aspecto, aliás, Castellanet (1998) define com lucidez a situação, ao avaliar que, finalmente, quando ficou claro para a equipe que ela também teria que montar uma proposta nesta área, por isso começou a se perguntar sobre a questão das parcerias, questionando se os madeireiros, os ribeirinhos e o restante da sociedade civil não deveriam participar. Então, afirma ele, pareceu que, naquele momento, fazer isso seria como tentar refazer a pintura de um barco que já está afundando.

Cabe destacar que a mudança de perfil, tanto do MPST quanto do LAET, afetou de forma decisiva a relação entre os parceiros. Deveriam eles, porém, como parceiros que juntos pretendiam colocar em prática um projeto de desenvolvimento regional, ter clareza que as identidades se constróem, com as quais se joga e, acima de tudo, fazem-se e re-fazem-se em função das necessidades e dos contextos sociais nos quais se disputam as vantagens e as posições sociais. Portanto, dever-se-ia se esperar que a parceria, em função das demandas dos vários agentes de desenvolvimento dela participantes, contemplasse momentos de avaliação, cuja finalidade seria a análise crítica da relação entre os parceiros, abrindo-se, assim, a possibilidade de re-situar os termos da relação em função da conjuntura, isto é, de um novo conjunto de necessidades e de uma nova configuração da realidade social.

DEMANDAS TÉCNICAS *VERSUS* DEMANDAS POLÍTICAS OU ÉTICA DA RESPONSABILIDADE *VERSUS* ÉTICA DA CONVICÇÃO

Por certo, as posições dos técnicos e pesquisadores do LAET e as das lideranças do MPST não devem ser interpretadas unicamente como disputa entre a posição técnica de uns e a posição política de outros. Naquela

situação envolviam-se questões relativas às convicções dos atores sociais parceiros que, notadamente, não estavam limitadas à relação entre demanda técnica de um lado e demanda política de outro. Os pesquisadores perceberam, desde o início da parceria (LAET, 1993), que sua responsabilidade social os limitava no atendimento às solicitações do parceiro. Este parceiro, o MPST, não poderia recusar-se a participar do *jogo social* para resguardar os interesses daqueles que o definiam e o defendiam como seu legítimo representante, isto é, as várias organizações e movimentos sociais presentes na região.

Ao tratar de relações sociais, caso da parceria, Aron (1995) fala das posições dos atores sociais em relação e, por conseguinte, de suas dis-posições diante de situações em que se mobilizam elementos ligados às convicções destes atores. Segundo ele, a ética da responsabilidade é aquela que o homem de ação não pode deixar de adotar, por isso, ela ordena a posicionar-se numa situação, a prever as conseqüências de suas possíveis decisões e a procurar introduzir na trama dos acontecimentos um ato que atingirá certos resultados ou determinará certas conseqüências que desejamos. Dessa forma, a ética da responsabilidade interpreta a ação em termos de meios e fins. Por sua vez, a ética da convicção incita a agir de acordo com nossos sentimentos, nossas posições filosóficas-políticas-ideológicas, sem referência implícita ou explícita às conseqüências destas mesmas ações.

Tanto a ética da convicção quanto a ética da responsabilidade informarão aos parceiros o rumo das decisões tomadas. Neste sentido, cumpre informar que o documento que define a negociação da terceira fase da parceria, efetivada em 1998, destaca-se pela imposição recíproca de formalidades. E, por conseguinte, a formalidade solicitada em relação ao parceiro era um indício de que a parceria estava enfrentando problemas na sua condução, dificuldades no relacionamento entre as equipes parceiras e, mais do que isso, sugeria a necessidade da presença de mediadores na relação, se de fato os parceiros desejavam re-definir os rumos da mesma. A presença constante de mediadores, daquele momento em diante, indicava o fato de que a relação entre os parceiros encontrava-se indefinida, com impasses na condução da parceira, assim, os mediadores só seriam de alguma utilidade se, de fato, os interlocutores autorizassem-nos a interferir na relação, isto é, se os parceiros se dispuserem a aceitar que suas posições, se suas dis-posições fossem interrogadas e se estes se mostrassem dispostos a re-situar os termos e mesmo as regras definidoras de sua relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se considerar que uma parceria supõe a conciliação provisória e sempre renovada de interesses distintos e até mesmo conflitantes. Interesses cuja defesa será buscada pelos parceiros e que necessitam do reconhecimento da diferença de interesses em jogo e da compreensão de que a parceria envolve vários níveis de relações pessoais e interpessoais, por isso mesmo, com interesses e estratégias distintas (BERNARD, 1994).

Na definição de demandas de pesquisa, para além dos fatores técnicos e políticos, existem as questões relativas à ética da convicção e da responsabilidade, evidenciando a possibilidade de conflito na relação e, por certo, a escolha de estratégias de ação distintas. Também pode-se usar como estratégia a denegação da distância social existente entre estes, nas situações em que for conveniente.

Deve-se ainda considerar que, no transcurso da parceria, os atores sociais nela presente mudam suas *identidades sociais*, seus perfis, e que isto, em maior ou menor grau, influencia na relação entre estes. As *identidades sociais* constróem-se, com elas pratica-se o jogo social, político, econômico etc, e, por isso, fazem-se e re-fazem-se continuamente. Essas mudanças de *identidade social* sinalizam, entre outras coisas, que está em curso uma mudança de trajetória e de posicionamentos destes atores sociais diante das coisas, o que pode evidenciar tanto uma ruptura, como

um pequeno desvio na visão e divisão de mundo e, portanto, também diante do parceiro, o que por si, aponta para a necessidade de relocar a relação.

A análise das relações entre os parceiros remete à percepção das posições adotadas pelos atores sociais parceiros e da correlação de força entre estes. Neste caso, seria possível falar em posição predominante de um dos parceiros, pois que a predominância de uma posição é definida, muitas vezes, em função da posição pessoal do porta-voz que se encontra autorizado para a interlocução, para representar e re-apresentar o grupo, para defender ou mesmo negociar a proposta do grupo que representa e junto ao qual precisa afirmar sua posição. Por outro lado, quem coordena e quem atua como delegado não tem a necessidade de impor sua característica pessoal, sua visão de mundo, seu ponto de vista sobre as coisas; ele pode negociá-las, pode até mesmo imprimir sua marca personalista de forma dissimulada, sem criar, assim, uma situação explícita de enfrentamento ou de confronto de posições distintas.

Comentando relações sociais entre parceiros, D'incao e Roy (1995) afirmam fazer-se necessário que, tanto técnicos e pesquisadores de um lado, quanto agricultores e suas lideranças de outro, vençam o desejo de *ocupar a cadeira vazia do chefe*. Isso é possível, segundo Hébette (1996), se pesquisadores, técnicos e agricultores assumirem uma posição de interrogadores das ações e das posições dos outros, portanto, assumindo-se como agentes de intervenções dialogadas, com o diálogo pressupondo a condição de alteridade na parceria. Nela a participação dos atores sociais deve ser o resultado de negociações e barganha e, no limite, percebe-se que não existe uma única forma de participar. Mas é sobretudo a forma de conduzir o processo de diálogo que define as chances e os limites deste, porque as regras do jogo social, independente do desejado, não tem nenhuma chance de êxito se forem impostas na forma de decretos-leis.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. 1995. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes.

BERNARD, David. 1994. **Situação e perspectivas do projeto do LAET**. Altamira: [s.n.]. 17 p.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero.

BOURDIEU, Pierre. 1998. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva.

CASTELLANET, Christian. 1994. **Alguns aspectos da estratégia institucional do LAET**: história de uma "deviação". Altamira: [s.n.]. 3 p.

CASTELLANET, Christian. 1998. **Algumas observações sobre o projeto de pesquisa PROMETER**. Altamira: [s.n.]. 4 p.

D'INCAO, Maria C.; ROY, Gérard. 1995. **Nós cidadãos:** aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FRIEDRICH, Odilo A. 1988. **Comunicação rural:** proposição crítica de uma nova concepção. 2. ed. Brasília, DF: EMBRATER.

HÉBETTE, Jean. 1996. A relação pesquisadores – agricultores: diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural. **Agricultura Familiar**: Pesquisa-Formação-Desenvolvimento. Belém, v. 1, n. 1, p 39-57.

LAET. 1993. **Programa Agro-Ecológico da Transamazônica**. Altamira: [s.n.]. 8 p.

LAET. 1993b. **Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento na agricultura familiar amazônica e cooperação internacional: reunião geral dos parceiros.** Belém: [s.n.]. 47 p.

MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DA TRANSAMAZÔNICA. 1991a. **Encontro de avaliação e encaminhamentos**: avaliação do Grande Acampamento de Altamira. Altamira: [s.n.]. 9 p.

MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DA TRANSAMAZÔNICA. 1991b. **Relatório da Reunião da Coordenação Executiva e Ampliada do MPST.** Altamira: [s.n.]. 9 p.

MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DA TRANSAMAZÔNICA. **Resumo da avaliação do desempenho das estratégias do MPST, deliberadas na assembléia de janeiro de 1994.** Altamira, janeiro de 1995. 5 p.

MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DA TRANSAMAZÔNICA; FETAGRI. 1999. **Reflexões sobre a experiência de Pesquisa e Desenvolvimento na Transamazônica: proposta para a parceria: gestão do PAET.** Altamira: [s.n.]. 5 p.

PINTO, Louis. 2000. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

TOURAINE, Alain. 1994. **Crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Vozes.

WEBER, Max. 1989. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Editora Moraes.

Recebido: 02/09/2003
Aprovado: 06/07/2004